

MEMÓRIA, HISTÓRIA E ESQUECIMENTO: DA CAPACIDADE À FALIBILIDADE HUMANA NA COMPOSIÇÃO ONTOLÓGICA DO “SER” HISTÓRICO

MEMORY, HISTORY AND FORGETTING: FROM CAPACITY TO HUMAN FALLIBILITY IN THE ONTOLOGICAL COMPOSITION OF HISTORICAL “BEING”

RECUERDO, HISTORIA Y OLVIDO: DE LA CAPACIDAD A LA FALIBILIDAD HUMANA EN LA COMPOSICIÓN ONTOLÓGICA DEL “SER” HISTÓRICO

Evandro dos Santos¹
Mariana Bonat Trevisan²

Resumo

Este trabalho tem como propósito a análise de dois fenômenos da existência humana: a memória e o esquecimento. Abordam-se os fenômenos a partir de sua relação dialética com a história, sob a perspectiva ricoeuriana. Em uma investigação antropológica e sob o viés filosófico, Paul Ricoeur desvela desse movimento uma característica do “devir” humano: o embate entre o homem capaz de memória e o homem falível de esquecimento. É a condição ontológica do “ser” histórico. Dessa capacidade e vulnerabilidade emerge a dialeticidade, que ecoa no percurso da produção do conhecimento histórico. É o fio condutor do estudo dessa tríade relação.

Palavras-chaves: memória; esquecimento; história; ontologia; Paul Ricoeur.

Abstract

The objective of this study is to examine two fundamental aspects of human existence: memory and forgetfulness. They address the phenomena from its dialectical relationship with history, from a Ricoeurian perspective. In his anthropological and philosophical investigations, Paul Ricoeur reveals this movement to be a defining characteristic of the human condition: the conflict between those who possess the capacity for memory and those who are unable to forget. This represents the ontological foundation of historical “being”. From this inherent capacity and vulnerability emerges a dialectic that resonates throughout the production of historical knowledge. It serves as the primary organizing principle in the examination of this triadic relationship.

Keywords: memory; forgetfulness; history; ontology; Paul Ricoeur.

Resumen

El propósito de ese trabajo es el análisis de dos fenómenos de la existencia humana: el recuerdo y el olvido. Se tratan los fenómenos a partir de su relación dialéctica con la historia, bajo la perspectiva ricoeuriana. En una investigación antropológica y bajo la perspectiva filosófica, Paul Ricoeur desvela de ese movimiento una característica del “devenir” humano: el enfrentamiento entre el hombre capaz del recuerdo y el hombre falible de olvido. Es la condición ontológica del “ser” histórico. De esa capacidad y vulnerabilidad emerge el diálogo, que refleja en el camino de la producción del conocimiento histórico. Es el hilo conductor del estudio de ese trío relacionado.

Palabras clave: recuerdo; olvido; historia; ontología; Paul Ricoeur.

¹ Graduando em História (Bacharelado) pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: evandro.professor@yahoo.com.br

² Doutora em História. Professora do Centro Universitário Internacional (UNINTER). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5884-7322>. E-mail: mariana.t@uninter.com

1 Introdução

Memória e esquecimento são dois fenômenos, frutos da nossa experiência temporal, que pavimentam a estrada historiográfica. Para Paul Ricoeur, memória e história constituem uma dupla dimensão do passado que se perde quando há o esquecimento. Para Cunha (2013), o fator em comum entre esses dois fenômenos é o passado, o que desvela a nossa condição existencial: capacidade e falibilidade. Assim se constrói uma complexa teia dialética, determinando o caráter ontológico do “ser” histórico.

Para muitos, a memória é o substrato da história — enquanto ciência humana — na busca da representação do passado. No entanto, ao deslocar essa visão, de uma simples matriz da história para uma memória constitutiva de identidades e ações políticas — na reconstrução do passado em função do presente como dever moral para que algo vivido anteriormente não saia da nossa consciência —, desvela-se o seu protagonismo e a sua dimensão social.

A memória traz consigo o passado, carregado de sentimentos e afetos. Ao estudar as manifestações da memória e do seu contraponto (o esquecimento), elabora-se um estudo fenomenológico. Escrutina-se a relação dessas inerências humanas entre si e com a produção do conhecimento histórico. A dialeticidade entre memória, história e esquecimento forma a unidade de pensamento de Ricoeur, na elaboração da sua antropologia filosófica, sob um olhar epistemológico e hermenêutico. Com as aporias³, as mediações são trazidas à cena, fontes para uma dialética inacabada para a fundamentação de uma ontologia do agir humano, sempre aberta e em construção.

Em sua obra “A Memória, A História, O Esquecimento”, Paul Ricoeur costura uma intertextualidade com outras obras de sua autoria, dentre elas: “O si-mesmo como um outro”; “Finitude e Culpabilidade”; e “Tempo e Narrativa”. Por meio dessas, elabora uma fenomenologia mnemônica (da memória), uma epistemologia da história e uma hermenêutica da condição histórica, refletindo sobre a problemática do esquecimento. Nessa abordagem, são ancorados três importantes eixos temáticos: 1) a memória, entre os poderes do homem capaz; 2) o saber histórico e a representação historiadora; 3) o esquecimento como índice da falibilidade humana (Cunha, 2013).

2 Memória: emblema do homem capaz

³ O termo *aporia* vem do grego e pode ser definido como um estado de incerteza ao expor dois argumentos opostos, mas aceitáveis.

As marcas inapagáveis da vivência humana, primeiramente, tornam-se marcas psíquicas para depois se materializarem em marcas físicas ou escritas, como monumentos, fotos, filmes, documentos etc. Um processo de dentro para fora, da interioridade para a exterioridade das nossas lembranças, que nos afetam como seres históricos. É um espaço operante de memória, em um esforço para que essas marcas deixadas no tempo não sejam apagadas pelo esquecimento. É nesse contexto que a tarefa do historiador e a importância da sua operação historiográfica são significativas.

A fenomenologia da memória se estrutura em torno de duas questões, em um aspecto cognitivo e pragmático, remetendo-se aos termos gregos *mnèmè* (lembrança) e *anmnèsis* (busca da lembrança): que? (o que e como lembrar), quem? (Quem exerce a memória: eu ou nós, memória individual ou coletiva). Essas aporias perpassam e se desdobram na obra de Ricoeur: memória x imaginação; uso x abuso da memória; memória individual x memória coletiva; ipseidade x mesmidade; ipseidade x alteridade. Essas ambiguidades são ancoradas em uma perspectiva dialética.

Ricoeur expõe a aporia entre memória e imagem, entre a teoria de Platão do *Eikon* (ícone, imagem) — memória no âmbito de representação presente de uma coisa ausente — e a proposta aristotélica — com a função temporalizante da memória. Corá e Vieira (2011), ao abordarem esse paradoxo, textualizam que, em seu tratado, “De memoria et reminiscentia”, Aristóteles destaca que o homem e os animais são capazes de perceber o movimento, mas só o homem tem a capacidade de perceber “um antes” e “um depois”.

Ricoeur recorre a essa análise para fazer a separação entre memória e imaginação, afirmando que somente a primeira possui essa sensação do tempo transcorrido. Essa aporia repercute em outra obra de Ricoeur — “Tempo e Narrativa” — entre narrativa histórica e ficção literária (Lauxen, 2008).

A memória não se refere somente ao passado, ela reveste-se de intencionalidade e tem um importante papel social, sendo potencializadora de ações humanas, eleva-se ao *status* de passado (re)atualizado, ativa a ação do homem no tempo presente, levando-o à participação social e política, construindo identidades e lutas (Santos, 2007). Segundo Le Goff (2013, *apud* Santos, 2007), a memória tem esse poder de ação, político e consciente, em busca de mudança. Infere-se que a memória tem sua dimensão afetiva, social e política.

Ao tratar do sujeito que exerce a memória, é interessante verificar as pontes que Ricoeur constrói com outros pensadores e filósofos, para sedimentar seu pensamento. Com Agostinho, a memória é dimensionada na interioridade do homem, ou seja, é um olhar interior em busca de Deus, que deve ser encontrado na memória.

Dando cor à aporia entre memória individual e coletiva, Ricoeur recorre à sociologia da memória de Maurice Halbwachs (2006), que no livro, “A Memória coletiva”, espelha o seu olhar exterior, as suas concepções, valorizando o sujeito plural da memória. Ricoeur tenta construir uma ligação entre essas duas posições:

A fenomenologia da memória proposta e desenvolvida pelo autor francês pode estender-se também a uma fenomenologia da realidade social, visto que nos fenômenos da memória existem vários traços de uma constante correlação com o outro. [...] as manifestações mnemônicas interagem e até certo ponto dependem de algo que é claramente uma propriedade do plano coletivo em que se insere o sujeito de tais lembranças. [...] A partir dessas zonas de atração entre uma memória atribuída ao singular e outra ao plural, antes aparentemente confinadas a uma polarização irremediável, Ricoeur sugere haver entre elas uma dimensão intermediária, que seria onde se dão as trocas entre as minhas lembranças e as dos outros, espaço este ocupado por pessoas a meio caminho entre o “eu” e “os outros”, que o autor chama de próximos. [...] nota-se que o filósofo acredita ser possível lançar pontes entre os aparentemente opostos campos da memória individual e coletiva e também pensar a escrita da História tendo como base essa tríplice imputação da memória: ao “eu”, aos “próximos” e aos “outros” (Corá; Vieira, 2011, p. 86-87).

No seu caráter político e afetivo, a memória individual e coletiva são espaços de homens e grupos se encontrarem e se tornarem sujeitos da história. Pelas suas ações, definem o lugar que ocupam no mundo, o que constantemente lhes cobra demandas políticas (Santos, 2007).

No centro da problemática sobre a memória, há de se falar do reconhecimento. Na concepção de Ricoeur⁴ (2003), é um importante dado fenomenológico que dá a certeza da presença real da ausência do passado, reconhecido como “tendo estado”. Nas palavras de Ricoeur, “é uma pretensão de verdade”, ou seja, a memória é a melhor ancoragem para nos assegurar que algo se passou antes que fosse lembrado, é um enigma e frágil momento em que a memória transmite a história, esse reconhecimento é um privilégio da memória, do qual ela está desprovida.

O ato de memória nos constitui antropológicamente. Rememorar as experiências vividas, seja por meio de escrita historiográfica ou por outras formas sociais, nos leva a reavaliações, autoanálise, autoconhecimento, molda nossa identidade e dá sentido à nossa existência. Memória e identidade, segundo Candau (2011, p. 75) são indissociáveis, pois a memória, ao mesmo tempo que nos modela é também por nós modelada, o que sintetiza a dialética entre memória e identidade que, para o autor, é uma elaboração social em permanente construção, em uma relação dialógica com o outro (Souza, 2014).

⁴ Conferência de Paul Ricoeur proferida em 08 de março de 2003, em Budapeste, sob o título “Memory, history, oblivion”, no âmbito de uma conferência internacional intitulada “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”.

A proposta de uma fenomenologia da memória fundamenta a potencialidade mnemônica, fundada na antropologia filosófica do homem capaz, ao lado do poder falar, agir, narrar e ser imputado. Segundo Ricoeur (2003), os quatro registros fenomenológicos do agir humano (falar, fazer, narrar e imputar) ganham um aprofundamento ontológico, à medida que emerge um fundo ontológico a partir do qual o si pode ser dito agindo. Ricoeur introduz o poder de fazer memória no âmbito das capacidades humanas e elabora uma filosofia da vontade, por meio de um processo de reapropriação da noção aristotélica do ser, como ato e potência, e por meio de uma reinterpretação do ser enquanto ato como horizonte de atestação (Cunha, 2013, p. 175).

3 Memória e história

A relação memória e história une um importante diálogo, que norteia o trabalho do historiador. Esse, em um ato de fazer memória histórica, apropria-se das marcas, materiais e discursivas (escritas ou orais), para dar os contornos necessários ao discurso histórico. Por meio de um processo hermenêutico, é estabelecida uma interpretação, uma narratividade, com recursos literários e retóricos possíveis, dando significados necessários ao passado, para a construção do conhecimento histórico.

O passado é uma construção discursiva, haja vista que a memória, que se caracteriza pela sua função social, sendo um dos pilares em que se fundamenta a identidade, segundo Pierre Janet (Florès, 1972, *apud* Le Goff, 2013), é abordada como comportamento narrativo. No entanto, é fundamental o propósito de veracidade do discurso histórico/historiográfico, pois “sem essa ambição de verdade do saber histórico, a história não teria o seu papel no confronto com a memória” (Ricoeur, 2003).

Segundo Santos (2007), o ato de lembrar é um processo de se fazer aparecer em cena. É a ação de reelaboração de si mesmo e do passado, que se torna substrato da narrativa e estabelece um vínculo entre lembrar, contar e agir. A narrativa não é apenas uma ordenadora do passado, pois, o dotando de sentido, torna-se uma força que coloca o passado reelaborado nas disputas de memória e do presente, chamando os sujeitos à ação. É uma relação dinâmica entre o que se lembra, o que se escreve, como se escreve, quem escreve e quem lê. É importante lembrar-se de que em sua obra *Tempo e Narrativa*, Ricoeur estabelece parâmetros para a narrativa histórica.

Entretanto, podem ocorrer fraturas entre história e memória, quando a segunda é instrumentalizada pela primeira. A memória, quando exercida na prática, está exposta à aporia

do uso e abuso, levando, como afirma Ricoeur, à mimética falha, podendo ser impedida já ao nível patológico. Do mesmo modo, pode ser manipulada para a manutenção de uma identidade individual ou coletiva (ideologia), ou então exercida como obrigação (dever de memória), para não esquecer acontecimentos traumatizantes (Lauxen, 2008). Como pontua Le Goff (2013), há que se pensar na estreita ligação entre a memória, a história e o presente:

Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar da elaboração histórica [...]. Tal como as relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo. Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente (Le Goff, 2013, p. 51-53).

Assim, entre memória e história, além de uma relação dialética, podemos dizer que há uma relação fundante de uma aporia (uma via de mão dupla). A memória alimenta a história ciência e vice-versa, principalmente quando se estrutura o imaginário e a memória coletiva de um grupo, com referências de épocas longínquas e não vividas, reforçando o sentimento de pertencimento e as fronteiras socioculturais (Pollak, 1989).

Ricoeur (2018), em sua obra “A Memória, a História, o Esquecimento”, elabora uma hermenêutica da condição histórica. No tópico “Ser no Tempo”, o autor costura um diálogo com Martin Heidegger (2018), em cuja obra “Ser e Tempo” expressa uma preocupação com a vulnerabilidade do modo temporal pelo uso vulgar do conceito do tempo e um esforço em preservar o vínculo desse modo temporal com a historicidade e com a temporalidade fundamental do ser-para-a-morte. É a preocupação heideggeriana em restituir a explicação ôntica-temporal factícia da história.

Nessa interdiscursividade, Ricoeur (2018) esclarece que o ponto de sutura entre uma fenomenologia da memória e uma epistemologia da história é o caráter indecível entre essas duas perspectivas do passado, legitimado por uma ontologia do “ser” histórico. Essas considerações levam o autor, com sua “batuta hermenêutica”, a esclarecer o processo dialético entre memória e história.

De um lado, temos o estatuto da memória como província da história. Desenvolve-se uma história da memória, dissolvendo o campo da memória no da história, com a pretensão de fazer da memória um dos objetos da história, mas essa interpretação não é unívoca. Por outro lado, em uma defesa inversa, temos a memória encarregada da história, que se trata da resistência da memória graças à sua capacidade de se historicizar sob uma diversidade de

figuras culturais. São as potencialidades mnemônicas (Ricoeur, 2018). No embate, entre história da memória e historização da memória, Ricoeur argumenta:

Portanto, não é uma aporia paralisante que deve desembocar o debate incessantemente retomado entre as pretensões rivais da história e da memória de cobrir a totalidade do campo aberto, por trás do presente, pela representação do passado. Certamente, nas condições de retrospectão comuns à memória e à história, o conflito permanece indecível. [...] a relação do presente do historiador com o passado é recolocada sobre o pano de fundo da grande dialética que mistura a antecipação resolvida, a repetição do passado e a preocupação presente. Assim emolduradas, *história da memória e historização da memória* podem se confrontar numa dialética aberta, que as preserva dessa passagem no limite, dessa *hubris* que seriam, de um lado, a pretensão da história em reduzir a memória à categoria de um dos seus objetos, de outro, a pretensão da memória coletiva de avassalar a história pelo viés desses abusos da memória [...] (Ricoeur, 2018, p. 403).

Benjamim (2004, *apud* Santos, 2007) questiona o ato de rememorar a experiência vivida e reelaborar uma narrativa, que pode ser compreendida como um ato ético e moral do historiador: ético porque reflete sobre identidades e ações; e moral porque permite ser a expressão de um aconselhamento, valendo-se da experiência de vida de quem o manifesta. Nesse sentido, é um entrelaçamento entre memória narrada/ação presente necessária, de modo que o historiador tenha noção da sua dependência da memória.

Explicar e compreender, para Ricoeur, é avançar para além da memória, firmando o conhecimento histórico enquanto espaço fundamental de elucidação, de um dobrar-se sobre si mesmo, tornando-se um lugar em que a pergunta inquietante, que incomoda, busca produzir sentidos. Explicar é, por excelência, o lugar de produzir sentidos. A História é eminentemente explicativa, como defende o filósofo francês, sendo um projeto sempre em expansão e complexidade (Melo, 2010).

Michel de Certeau (2011) enfatiza que a posição do particular, em história, situa-se no limite do pensável. O sentido do ausente é a marca distintiva do passado, sendo a história “um percurso dos rastros do outro”. Segundo Melo (2010), a operação historiográfica é a redistribuição do espaço que faz da investigação uma modalidade de produção do lugar.

Para Antoine Prost (2008), a história se insurge contra o “não querer saber”, ou o “inexplicável das coisas”, e está empenhada perpetuamente em conciliar contradições, o que faz da hermenêutica um campo de ação e reação para o filósofo e para o historiador. Sem explicação, não há história porque a história não é somente o que aconteceu, mas fundamentalmente a compreensão mais do que necessária sobre os modos e os porquês das coisas terem acontecido de uma forma e não de outra (Melo, 2010).

Parafrazeando Barthes (2013), Melo (2010) afirma que o historiador não escreve em absoluto. A potência de sua escritura é endereçada ao outro do discurso, que é, ao mesmo tempo, o passado e o presente do leitor, intérprete em potencial desse jogo marcado entre diferentes temporalidades. A força conjunta da escrituralidade, explicação compreensiva e fase documental são capazes de produzir confiança ao discurso histórico.

Nota-se que, na tarefa de dilatação da memória histórica, a alteridade se constitui entre a memória e a história. Torna-se elemento fundante e dialético na atualização e compreensão do passado, na construção e efetivação do discurso histórico, na ativação política do sujeito, na inscrição do horizonte de expectativas e na constituição ontológica do “ser” histórico.

4 Esquecimento: índice da falibilidade humana

Dito antes, fazer memória também é lutar contra o esquecimento que, segundo Ricoeur (2007), que estendeu seu estudo a esse fenômeno, é um índice da falibilidade humana. Situa-se no mesmo nível da memória e da história. A referência ao passado é o denominador comum entre eles. “[...] é o passado que, em sua dupla dimensão mnemônica e histórica, no esquecimento se perde” (Ricoeur, 2000, *apud* Cunha, 2012).

O esquecimento, enquanto possibilidade de perda do passado, é uma inquietante ameaça à fenomenologia da memória e à epistemologia da história. Segundo Cunha (2013), é o emblema da vulnerabilidade de toda condição histórica. Segundo o autor, para Ricoeur (2007), o esquecimento revela o caráter problemático da pretensão de fidelidade ao passado, que é um atentado à fiabilidade.

Cunha entende que o esforço ricoeuriano de apreensão fenomenológica da memória pode ser relido a partir da ideia de grau de profundidade do esquecimento, com a possibilidade de visualização das várias nuances do esquecimento que ameaçam concretamente os fenômenos mnemônicos. A ideia do esquecimento profundo surge de um apagamento da marca. Ricoeur sustenta que existem três marcas da memória (escrita, psíquica e cerebral/cortical):

Ricoeur lembra que toda problemática da marca é herdeira da antiga metáfora da impressão de uma imagem da cera (primeiramente formulada por *Theeteto*). Segundo ele, pode-se distinguir três tipos de marcas: *a marca escrita*, transformada em marca documentária pela operação historiográfica; *a marca psíquica*, entendida como impressão (*impression*), no sentido de afecção, deixada em nós por um evento marcante que nos toca; *marca cerebral/cortical*, abordada pelas neurociências. Nosso autor vai sustentar que toda a problemática do esquecimento profundo situa-se no âmbito da articulação da marca cortical com a psíquica, já que a primeira constitui uma marca exterior que não necessita de um exame sentido, vivido, enquanto que a marca psíquica situa-se no âmbito da interioridade, isto é, no âmbito daquilo que permanece no nosso espírito após um evento ter nos tocado. Daí Ricoeur apontar que

a grande tarefa do filósofo – em seu esforço por pensar a memória e o esquecimento - é relacionar as ciências das marcas mnésicas com a problemática central da fenomenologia da representação do passado [...] (Cunha, 2013, p. 178).

Nessa abordagem ricoeuriana, em que esquecimento definitivo é oriundo do apagamento da marca, o esquecimento surge como uma disfunção da memória, que deve ser combatida por meio do recurso *ars memoriae* — etimologicamente, a arte da memória. Para o filósofo francês, o esquecimento situa-se ao lado do envelhecimento e da morte como uma das figuras do irremediável (Ricoeur, 2000, *apud* Cunha, 2013). Além de uma relação dialética, podemos falar em uma aporia entre memória e esquecimento:

Nesse ponto, há a afirmação de um dos maiores paradoxos da obra, um conceito trazido da filosofia de Santo Agostinho (354-430): como falar em esquecimento, se não lembrarmos o que foi esquecido? A memória contém o esquecimento? Essa aporia permanecerá em suspenso até a última parte do livro, onde Ricoeur aborda com mais profundidade tais problemas, falando em um “esquecimento de reserva” (Ricoeur, 2007, p. 300), que funcionaria como uma proteção contra um apagamento total das lembranças (Corá; Vieira, 2011, p. 79).

Ricoeur (2003) sugere, no campo da memória histórica, unir a noção de dever de memória — o dever de não esquecer, que é uma noção moral, ao trabalho de luto, que é uma noção puramente psicológica. Rememorar é um trabalho de memória, um trabalho de luto. Aqui, Ricoeur busca repertório no discurso psicanalítico de Sigmund Freud, quando há feridas feitas pela história. O *Shoad* é o maior exemplo. O Holocausto é um acontecimento vivido não somente pelos judeus vítimas da Segunda Guerra Mundial, mas, psicologicamente, por todos. É uma referência que se tornou um elemento integrado a um fundo cultural comum a toda humanidade (Pollak, 1989, p. 11).

Ricoeur enaltece que as recordações são narrativas que, por sua vez, são seletivas, pois se somos incapazes de lembrar de tudo, também somos incapazes de tudo narrar e lembrar de que o esquecimento passa por outras configurações: evitamento, evasão e fuga.

[...]existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, “não ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou ao menos de se expor a mal-entendidos. (Pollak, 1989, p. 8).

A memória oficial leva a vítima da história, o reprimido, ao silêncio, a renegar a si mesmo. É uma recusa e resistência passiva, típicas de uma memória esterilizada, que, para muitos, é uma necessidade de encontrar um *modus vivendi* com aqueles que presenciaram sua

perseguição e até deportação. Isso ocorreu com os sobreviventes dos campos de concentração, na Segunda Guerra Mundial, mas também é uma forma de viver com o próprio sentimento de culpa.

Em certas situações, o silêncio sobre o passado não conduz ao esquecimento, mas é uma forma de resistência que se opõe aos discursos oficiais. As lembranças são transmitidas nas redes familiares e de amizades. É um embate entre a memória oficial e memórias subterrâneas (Pollak, 1989). Essa resistência, fruto de uma memória seletiva, que implica na relação dialética entre lembrar e esquecer, também é um dos caminhos a percorrer no processo de construção de identidade.

O esquecimento é apresentado por Ricoeur como o emblema da vulnerabilidade de toda condição humana. Por meio do conceito de falibilidade, ele mostra a possibilidade de o mal se inscrever na constituição íntima da realidade humana. O homem é frágil e capaz de falhar, sendo uma característica ontológica que se inscreve em uma não coincidência do homem para consigo mesmo. Nessa constituição ontológica, instável, na desapropriação do homem para consigo mesmo, se situa a *ratio* da falibilidade (Cunha, 2013).

5 Considerações finais

Estudamos, sob um arco hermenêutico, que a memória, na sua projeção social e política, implica na construção de identidades e consciência cidadã, em busca de mudanças sociais. Ora objeto, ora protagonista, no olhar ricoeuriano, na relação com a história-ciência e na sua condição ontológica, a memória reveste-se de potencialidade, como uma das capacidades do homem. Essa dimensão sociopolítica da memória reverbera na vocação do historiador na articulação do saber histórico. Responsável pela construção narrativa da memória, presentificando e problematizando as ações, paixões e expectativas que já não estão mais ausentes, o discurso histórico produz vínculos sociais e identidades, universalizando valores éticos e morais.

O esquecimento é inseparável da memória. Em seu estágio mais profundo, como caso patológico, é fruto da fragilidade e finitude humana. Como consequência da memória seletiva, pois emergem do passado somente as lembranças que estão de acordo com as intenções do sujeito ou sociedade (Candau, 2011), esse esquecimento transforma o que ficou preterido em memória marginalizada ou excluída, seja no âmbito individual, seja no campo social, como ocorre com a memória das minorias étnicas.

Muitas vezes, como reitera Souza (2014), percorrendo nos átrios argumentativos de Michael Pollak, o esquecimento é uma simulação do silêncio dessas minorias, tal qual a memória tem seu papel social, por constituir resistência, opondo-se à memória oficial, também forjando identidades e ações. Constrói-se, assim, no mesmo nível dialético, uma tensão entre o esquecimento e o saber histórico. A tríade memória, história e esquecimento é um espaço dialético, socioafetivo, dinâmico e cultural. É o lugar de encontros, de construção de identidades, significados, conhecimento e do sentido de pertencimento.

No palco antropológico, o embate entre memória, esquecimento e o saber histórico serve de pano de fundo para uma dramatização mais ampla: o confronto entre o homem capaz e o homem falível. Essa luta entre a capacidade mnemônica e a vulnerabilidade do esquecimento revela a nossa condição ontológica instável. Nas palavras de Ricoeur, é a não coincidência do homem consigo mesmo. É a constituição do “ser” histórico, do seu modo de fazer e compreender a história. O homem contracena com ele mesmo em busca do outro. Sem essa consciência histórica, caímos no estado de solidão ontológica.

Referências

BARTHES, R. **Crítica e Verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CANDAU, J. Memória e Identidade. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, São Paulo, n. 37, p. 427-430, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2014.0i37>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41618>. Acesso em: 08 ago. 2024

CERTEAU, M. **A operação historiográfica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CORÁ, E. J.; VIEIRA, A. J. O olhar fenomenológico de Paul Ricoeur sobre a memória. **Tabulae - Revista de Filosofia**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 76-88, 2011. Disponível em: <https://faculdadevicentina.com.br/pages/revista-tabulae>. Acesso em: 08 ago. 2024

CUNHA, Wanderley Martins da. Da memória ameaçada pelo esquecimento ao “homem capaz” assombrado pela falibilidade: breve recapitulação de alguns aspectos da antropologia filosófica de Paul Ricoeur. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 169-188, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/6357>. Acesso em: 08 ago. 2024

FLORES, C. **La mémoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2018.

LAUXEN, R. A memória, a história, o esquecimento de Paul Ricoeur. **Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 3, p. 281-283, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4013/5365>. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/5365>. Acesso em: 08 ago. 2024

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

MELO, F. D. Sobre a História, a Memória, o Esquecimento em Paul Ricoeur – os labirintos da epistemologia e da hermenêutica. **Revista Historiar**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2013. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/47/33>. Acesso em: 08 ago. 2024

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 08 ago. 2024

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RICOEUR, P. **A Memória, A História, O Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

RICOEUR, P. **La mémoire, l’histoire e l’oubli**. Paris: Seuil, 2000.

RICOEUR, P. **Memória, história, esquecimento**. [On-line]: Universidade de Coimbra, 2003. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia. Acesso em: 08 ago. 2024

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, M. P. História e Memória: desafios de uma relação teórica. **Opsis**, Catalão-GO, v. 7, n. 9, p. 81-97, 2007. DOI: <https://doi.org/10.5216/o.v7i9.9331>. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/9331>. Acesso em: 08 ago. 2024.

SOUZA, M. J. A Memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Graphos**, João Pessoa-PB, v. 16, n. 1, p. 91-117, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/20337>. Acesso em: 08 ago. 2024.